

ESTUDO ESPECIAL

**PEQUENA PRODUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO
TRÓPICO SEMI-ÁRIDO: A NECESSIDADE
DE UM SISTEMA DE CRÉDITO ADAPTADO**

PATRICK CARON

PEDRO CARLOS GAMA DA SILVA

EMBRAPA

BRASIL

2505

SUMÁRIO

As regiões tropicais semi-áridas do mundo caracterizam-se pelo risco climático associado à atividade agropecuária e a adaptação da atividade pecuária extensiva. Nessas regiões os pequenos produtores adotam uma lógica de acumulação que permite somente assegurar a reprodução do grupo social.

A maioria dessas regiões está sofrendo um período de crise provocado por várias razões, de origem antrópica ou não. O desequilíbrio provocado, muitas vezes não permite mais a indispensável acumulação para a reprodução do grupo social.

As conseqüências desse desequilíbrio e o peso econômico e social que representam para os estados, em razão do êxodo rural e da degradação do meio ambiente, conduzem ao aparecimento de práticas voluntaristas de desenvolvimento implementadas por instituições regionais, nacionais e internacionais.

O desenvolvimento e a intensificação das atividades são limitados pelas características do clima, pelos problemas ligados à preservação do meio ambiente, pela capacidade de investimentos e pela competitividade com produções de outras regiões.

A limitada capacidade de investimentos do pequeno produtor, agravada pela diminuição do seu capital em períodos de crise, ressalta a importância do financiamento de atividades rurais, diversificados e acessíveis a todos. São atividades que valorizam a mão-de-obra local, utilizando financiamentos externos e que devem buscar a valorização das estratégias econômicas e sociais dos atores locais.

Entretanto, diversas razões impedem que o crédito rural alcance o pequeno produtor. Este documento aprofunda a discussão sobre os pré-requisitos que devem ser considerados para a organização de um sistema de crédito acessível ao pequeno produtor. Um sistema de financiamento adaptado que não deixa de considerar a implementação de políticas agrícolas e que permita assegurar o espaço econômico da pequena produção.

I - A MARGINALIZAÇÃO DA ZONA SEMI-ÁRIDA EM DIVERSAS REGIÕES DO MUNDO

As zonas semi-áridas apresentam, geralmente, uma vocação pastoril e os seus recursos são valorizados pelas sociedades humanas por meio de seus rebanhos, adicionalmente fazendo uso extensivo do meio natural.

O equilíbrio tradicional desse modo de exploração do meio natural, caracterizado por um alto risco climático, conhece hoje uma crise em diversas regiões do mundo. As lições dessas crises são várias, podendo sua origem ser antrópica ou não, e se interligam de maneira específica, nas diferentes regiões do mundo.

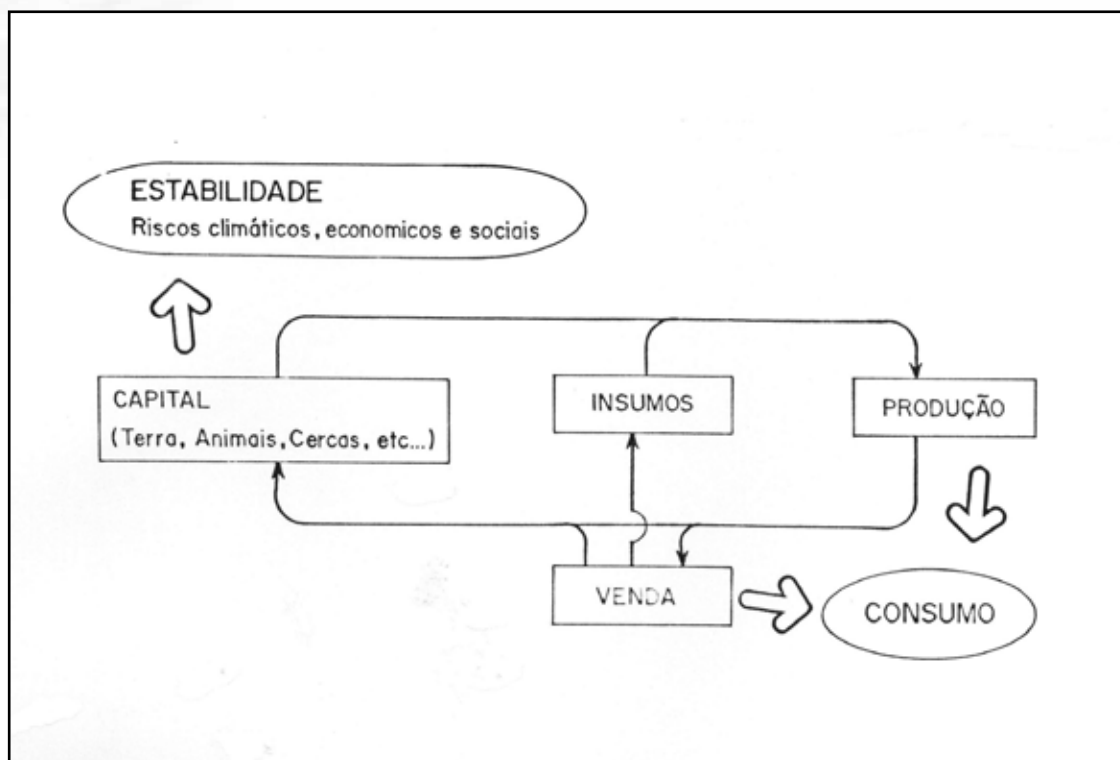
- Crises climáticas resultantes ou não da modificação de grandes equilíbrios ecológicos. Por exemplo, a região do Sahel, onde se observa uma tendência de diminuição das precipitações.
- Pressões demográficas ligadas ao crescimento natural da população (p. ex.: Sertão do Nordeste Brasileiro) e/ou a imigração de populações originárias de outras regiões (como por exemplo a instalação de agricultores da zona sudano-saheliense na zona sahelense de vocação pastoril).
- Globalização da economia e limites ou (ausência destes) de mecanismos reguladores e protetores, o que impede a continuidade dos intercâmbios tradicionais com países fora das zonas semi-áridas. Exemplo: o intercâmbio ou troca carne-cereais entre as zonas sahelenses e sudanesas, interrompidos pela importação, a preços baixos, de carne europeia, como foi abordado por Sarniguet (6). A marginalização dessas zonas semi-áridas é ainda mais acentuada pelo atraso histórico registrado em matéria de desenvolvimento e de investimentos.
- A estrutura fundiária é resultante da ocupação histórica do espaço agrário. Exemplo: A estrutura latifúndio/minifúndio do Nordeste brasileiro.
- A fragilidade das organizações de produtores, susceptíveis de serem reconhecidos como interlocutores dos serviços públicos, e capazes de se apropriarem de qualquer intervenção do exterior.
- A crise financeira dos estados, principalmente nos Países em desenvolvimento. limitando portanto, possibilidades de intervenção.

Essas regiões passam a ser encaradas como um pesadelo para a maioria dos estados, que se preocupam com o seu desenvolvimento, em vista da importância do êxodo rural e/o da degradação dos recursos naturais. O desenvolvimento dessas áreas está sujeito a existência e a execução de políticas voluntaristas de desenvolvimento, implementadas pelas instituições regionais, nacionais e internacionais. Mas esse processo ficou limitado pela marginalização crescente dessas zonas, pelo pouco conhecimento, por parte dos produtores, das estratégias e pela sua inadaptabilidade aos métodos de intervenção já experimentados em outras regiões, hoje desenvolvidas, mas que não correspondem as necessidades específicas dessas zonas semi-áridas.

O conjunto dessas zonas caracteriza-se tradicionalmente, pela existência de uma lógica específica de acumulação de capital pelos produtores. A acumulação é a única maneira desses produtores enfrentarem as variações climáticas e os riscos de outra natureza (econômicos e sociais), de forma a assegurar a reprodução da família e do grupo social. Essa capitalização, tradicionalmente feita através do crescimento do rebanho animal e/ou aquisição e valorização de terras, etc., junto com o controle e a gestão dos recursos hídricos (criação de pólos de intensificação do tipo oásis, pequena irrigação, baixios, áreas mais úmidas etc.), são as principais estratégias de estabilização.

Conforme pode ser observado na Fig. 1, o ciclo de produção familiar não contempla apenas o consumo como objetivo, mas também a acumulação de capital, que lhe permite assegurar a longo prazo esse consumo e a reprodução da família em condições adversas.

Desta forma, nessas zonas marginalizadas, as sociedades tradicionais conseguiram estabelecer equilíbrios onde o capital, especialmente o rebanho, graças a sua produção e sua reprodução, assegura a família uma renda e uma estabilidade que correspondem as suas necessidades, mesmo em condições adversas.



No contexto atual da crise, o nível dos recursos naturais e os mercados econômicos não garantem mais o acesso ao capital e a renda, indispensáveis a sobrevivência de uma parte significativa dessas populações. As possibilidades de intensificação são limitadas pelas características agroclimáticas e pelo baixo nível dos investimentos realizados e realizáveis. O equilíbrio geralmente se rompe quando aparece uma crise climática, cujos custos humano, social, econômico e ecológico não podem ser assumidos pelos estados.

Durante essas crises severas, ocorre a transferência e concentração de capital, além de um êxodo rural maciço e uma degradação dos recursos naturais.

Paralelo a marginalização dessas grandes regiões geográficas, ocorre também a marginalização de uma parte importante e crescente da população, em geral denominada de pequenos produtores. Este segmento da população caracteriza-se por condições de vida precária, pobreza absoluta, afastamento do circuito de produção e um alto grau de dependência. Entretanto, por constituírem um número expressivo, não podem mais ser considerados um segmento marginal da população.

II - A IMPORTÂNCIA DO FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES RURAIS DIVERSIFICADAS

Surge então uma questão primordial: Quais são as oportunidades e possibilidades de produção que podem se expressar num espaço econômico específico a cada região, que sejam capazes de preservar a reprodução dos recursos naturais, e que assegurem, de forma duradoura e abrangente para toda a população, os recursos necessários a sua reprodução? Impõe-se como uma questão fundamental a necessidade de se definir quais são os meios de produção, indispensáveis a concretização dessas oportunidades.

O rebanho não é mais a fonte de produção que pode responder por todas as necessidades da população; ainda assim, uma tese que surge com frequência trata da ligação entre a degradação do ambiente e a superexploração dos pastos. Além do mais, nem todos os segmentos da população tem acesso a pecuária. A apropriação da terra, sempre que possível, ocorre nas mãos dos grandes latifundiários (p. ex. O sertão do nordeste brasileiro), ou pelas mãos dos agricultores originários de outras regiões (como é o caso do Sahel).

Na falta de capital, não resta a expressiva parte da população senão que a sua força de trabalho, que está cada vez mais difícil de ser absorvida nos mercados urbanos, já saturados, como é o caso dos nordestinos em São Paulo.

O financiamento de atividades rurais diversificadas tem em si grande importância nas regiões semi-áridas, onde o equilíbrio social e ecológico encontram-se ameaçados. Tais financiamentos permitirão a esses grupos, cujo único recurso disponível é o seu potencial de trabalho, a possibilidade de melhorar a mão-de-obra, por meio da implementação de atividades diversificadas.

O financiamento rural pode alcançar, doravante, as inovações dinâmicas geradas pela crise. Nessas situações, os produtores, na medida em que ganham acesso aos meios de produção, apresentam e oferecem grande capacidade criativa. O financiamento permite, portanto, às populações mais carentes romperem esse círculo vicioso de dependência e criarem as suas próprias atividades produtivas, como demonstra Nowak (7).

III COMO O SISTEMA DE CRÉDITO PODE ALCANÇAR O PEQUENO PRODUTOR?

Enfatiza-se aqui a situação da pequena produção, seja pelo processo de diferenciação social, que prejudica o desenvolvimento sustentável (miséria, êxodo rural, desemprego, violência etc.), seja pela sua inacessibilidade as formas atuais de financiamento rural. A heterogeneidade e a diversidade das formas da pequena produção, no entanto, devem ser consideradas, pois estas exigem adaptações nas modalidades de intervenção, em função do público-alvo.

Mesmo existindo políticas voluntaristas de desenvolvimento, a sua implementação é, em geral, limitada pela pouca disponibilidade de recursos financeiros. O desafio consiste em dinamizar as atividades e o desenvolvimento rural com o mínimo de recursos externos. Neste sentido, é que enfatizamos a formulação de sistemas apropriados de crédito.

De acordo com Cardoso (2), a despeito das políticas voluntaristas, muitas destas explícitas, os sistemas de crédito raramente atingem os pequenos produtores, atores potenciais das estratégias inovadoras de diversificação. Souza et. al. (8) enfatiza o fato de que isso ocorre devido a diversas razões:

- Características técnicas não adaptadas.
- Características estruturais não adaptadas.
- Sistemas de apoio ineficientes.

A implantação de um sistema de crédito capaz de ir de encontro aos objetivos acima exige um grande número de ajustes e adaptações, de modo a tornar o sistema acessível aos pequenos produtores. Dentre estas adaptações, destacamos as seguintes:

- O acesso do produtor a informações sobre a operação do sistema, ao financiamento, ao apoio técnico e econômico, por intermédio de um agente local que desfrute de sua confiança e conheça o meio rural, de acordo com Ellsasser et. al. (4).

- Gestões no sentido de que o reembolso não se dê de forma judicial ou fiscal, porque não se pode basear em penalidades ineficientes, nem sobre a exigência de garantias, porque estas não existem. Deve-se buscar formas de pressão social. Isto é possível, por exemplo, com a constituição de grupos de aval solidário, onde os produtores, individualmente, só serão beneficiados na medida em que os demais que compõem o grupo façam o ressarcimento dos débitos. Tal prática vem sendo experimentada desde 1977 pelo Graanen Bank de Bangladesh. Ver a respeito do assunto em Nowak (7).

- Financiamento não ligado a projetos específicos, mas que dê toda a liberdade à identificação de oportunidades econômicas pelos produtores. Sabendo que o produtor é quem melhor conhece a realidade do contexto local, ninguém melhor que ele para definir as atividades a serem implementadas. Isto, entretanto, não descarta a importância do apoio técnico e econômico. Por outro lado, não é a definição a priori das atividades a serem financiadas que garantirá o reembolso por parte dos produtores.

Apropriação e participação dos produtores no sistema financeiro, apoiados em formas institucionais apropriadas de organização e descentralizadas, de acordo com o que sugere Cardoso (1). Somente nestas condições será possível garantir a continuidade do instrumento de financiamento e ganhar a confiança dos produtores no sistema. Isto é possível, na medida em que os produtores tenham a garantia de que serão beneficiários do sistema sempre que precisarem.

Diversas experiências vem sendo conduzidas de acordo com as orientações acima. Entre estas destacamos a do Grameen Bank de Bangladesh, do Banco de Banh, no Sahel, em Burkina

Fasso, citados por Ellsasser (4) e pelo Comitê de Produtores de Massaroca, no sertão da Bahia, nordeste brasileiro, abordada por Caron (3).

Os benefícios gerados por essas atividades de diversificação (em comparação com a pecuária extensiva tradicional) podem, desde já, contribuir para uma redistribuição de riquezas, para a estabilização de uma parte marginalizada da população, para a valorização da produção agrícola por meio da criação ou desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização e para a implementação de sistemas de produção rural que não sejam prejudiciais à reprodução dos recursos naturais.

O tema financeiro deve ter características que o tornem acessível a um vasto número de beneficiários, de modo que não torne a diferenciação econômica e social ainda maior.

Para se viabilizar essas propostas, visando a implementação de um sistema de financiamento das atividades rurais para os pequenos produtores das zonas semi-áridas, deve-se levar em consideração diversas etapas bem definidas, a serem efetivadas e adaptadas de acordo com cada situação.

- Identificação das estratégias dos produtores;
- Identificação de seu espaço econômico; Identificação de suas necessidades de financiamento, apoio técnico e pedagógico. Aqui se inclui a identificação do fluxo financeiro a nível de propriedades, e entre os diversos atores locais.
- Definição dos modos de implementação que permita a apropriação das inovações (sistema financeiro) pelos atores e a sua continuidade. Esta etapa deve considerar os modos institucional e operacional de implementação do sistema.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, uma etapa importante de diagnóstico não deve ser esquecida. As hipóteses levantadas ao longo desta fase de diagnóstico deverão ser adaptadas, testadas e validadas em uma escala local, conforme sugere Moreno (5).

A difusão dessa proposta em uma escala maior, também necessita de um estudo do tipo diagnóstico-experimentação-divulgação, que respondam as seguintes indagações:

Quais modelos de organização institucional?

Quais as necessidades pedagógicas?

Qual o tipo de informação a difundir?

Com quais tipos de apoio?

Que medidas complementares de políticas agrícolas deverão ser implementadas de modo a garantir o sucesso da intervenção? (Políticas de preços, investimentos, assistência técnica, pesquisa etc.).

O sistema de crédito por Si só não basta para garantir o desenvolvimento sustentado das regiões semi-áridas marginalizadas. Ele é apenas um componente essencial de um conjunto de políticas agrícolas fomentadoras do desenvolvimento.

Portanto, a implementação de um sistema de crédito adaptado necessita de uma cooperação e contribuição de todas as instituições ligadas ao desenvolvimento rural.

Finalmente, entende-se que seja importante ampliar as análises comparativas entre as diversas experiências similares conduzidas nas diferentes regiões semi-áridas do mundo.

V - BIBLIOGRAFIA CITADA

1. CARDOSO, J.L. Crédito Rural: Um Elemento de Diferenciação dos Pequenos Produtores. Perspectivas, São Paulo, vol. 8 pp. 85-93, 1985.
2. CARDOSO, J.L. Política de Crédito Rural no Brasil: Uma Análise dos Dados Estatísticos de 1983 a 1985 in ENCONTROS DE GRUPOS TEMÁTICOS DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA, 13, 1988, Rio de Janeiro: 1988 vol. 2, pp. 773-801.
3. CARON, P. Développement de l'élevage caprin; Massaroca Brésil Nordeste. Montpellier, França: CIRAD/DSA, 1990. 37 p.
4. ELLSASSER, K. DIOP M. La Banque Expérimentale de Banch: Une Démarche de Recherche Développement sur le Credit en milieu Sahélien. Montpellier, França.
5. MORENO A. Développement des Systèmes Financiers Ruraux. Montpellier, França: CIRAD/DSA, 1991, 6p.
6. SARNIGUET, J. Effet de la Concurrence des Viandes Extra-africaines sur les Filières Nationales des viandes en Afrique de l'Ouest et du Centre. in SÉMINAIRE D'ECONOMIE ET DE SOCIOLOGIE, 10, 1989, Montpellier, França Economie des filières en régions chaudes: formation des prix et échanges agricoles. Montpellier, França, 1989.
7. NOWAK, N. Une Banque pour les Pauvres: La Graxneen Bank. Cahiers de l'Institut d'Etudes Sociales de Lyon, n. 1, p. 23-29, 1988.
8. SOUZA, R. A., de; VIVALDO PINARE, A. G.; WILLIAM FUENTES, C.O.; FINSHI, R. P. Considerações sobre Crédito Agrícola: O caso de Ouricuri-Pe. Petrolina, PE: EMBRAPA/CPATSA, 1985, 29p (EMBRAPA-CPATSA, Documentos, 34).